cumprimento das normas de segurança vigentes no País, conforme discriminação e necessidade do objeto solicitado.

1.1.2.1 - Os laudos emitidos em decorrência do cumprimento do subitem acima deverão ser protocolados nas unidades usuárias, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do fornecimento dos bens ou prestação dos serviços devendo, no mesmo prazo, ser remetida uma cópia a Coordenadoria de Controle das Licitações Públicas – CCLIP, para fins de controle da **Padronização e Qualidade dos produtos e serviços registrados**.

1.1.2.2 – As reparações por vícios aparentes ou redibitórios, bem como a substituição ou instalação e assistência técnica, deverão ser realizados pela(s) detentora(s) no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** contado do pedido formal das unidades usuárias.

1.1.2.3 - A(s) detentora(s) assume(m) total responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva dos bens contratados ou serviços.

1.1.2.4 - Todos os ônus decorrentes da troca ou substituição do bem – e/ou correção dos serviços **subitens** deverão ser realizados às exclusivas expensas da(s) detentora(s) da(s) Ata(s) de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para o Contratante.

1.2 - O fornecimento e/ou serviço deverá ser realizado, quando solicitado, para qualquer das unidades dos órgãos e entes contratantes, ou para outras unidades de órgãos ou entes que vierem a aderir esta Ata de Registro de Preços durante sua vigência, devendo ser entregue os objetos nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, na forma do edital.

1.3 - Desde a data da assinatura da Ata de Registro de Preços, a detentora se obriga adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar o fornecimento do objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese, o abastecimento das diversas unidades requisitantes sofra qualquer solução de continuidade.

2. DO FORNECIMENTO E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

2.1. Da Solicitação:

Os órgãos/entes deverão emitir Ordens de Fornecimento e/ou Ordens de serviços, seguido do respectivo Empenho Prévio, aos detentores da Ata, depois de consulta formulada à CCLIP, responsável pelo gerenciamento do Sistema.

2.2. Do Fornecimento:

De posse do documento acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, efetuará o fornecimento ou prestará o serviço, mediante comprovação ou atesto de recebimento ou execução

3. GARANTIA

A empresa que teve seu preço registrado deverá possuir autorização para o exercício de atividade expedida pela junta comercial local, quando for o caso.

A empresa fica obrigada a apresentar, quando solicitada e às suas custas, laudos comprobatórios da análise do produto expedido por órgão oficial fiscalizador, quando couber.

4. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre o Estado do Piauí, representado pela Secretaria de Administração do Estado – SEAD - e Coordenadoria de Controle das Licitações Públicas –CCLIP- e a Detentora da Ata, terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja interesse da Administração e aceitação dos registrados.

4.2 A detentora da Ata de Registro de Preços deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a **30 (trinta) dias** do término da vigência desta Ata. A ausência do pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério, de promover nova licitação, do item, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

4.3. A Coordenadoria de Controle das Licitações Públicas - CCLIP, fica assegurado o direito de exigir que a detentora, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **90 (noventa) dias**, a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos e/ou execução dos serviços, caso esta Ata com força de contrato não seja prorrogada na forma do subitem acima.

5. PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

5.1. Retirada da OF ou OS e respectiva Nota de Empenho Prévio : na ordem e seqüência das publicações parciais.

5.2 Para retirada de cada OF ou OS, e nota de empenho prévio ou mesmo a Carta Contrato perante a unidade requisitante, a detentora da Ata de Registro de Preços deverá apresentar a CND e o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (documentos originais), desde que transcorrido 03 (três) meses, contados da assinatura desta Ata, quando couber.

5.3. Unidades Requisitantes :

O objeto desta licitação poderá ser requisitado pelas Unidades Estaduais e municipais por meios das Secretarias de Estado, bem como quaisquer outras que vierem a aderir à Ata de Registro de Preços, inclusive entidades da Administração Indireta interessadas, durante a sua vigência, desde que com a devida anuência da(s) detentora(s).

6. ÓRGÃOS E ENTES ADERENTES DO SRP:

1. Gab. Governador	2. Sec. Governo	3. Gab. Militar
4. Vice-Governadoria	5. Corpo de Bombeiros	6. Polícia Militar
7. Procuradoria	8. Defensoria Pública	9. Controladoria Geral
10. CEID	11. Coordenadoria Erradicação da Fome	12. CCLIP
13. ERGOPI	14. Sec. Defesa Civil	15. Sec. Gestão Interna
16. Sec. Fazenda	17. Sec. Indústria Comércio	18. Sec. das Cidades
19. SASC	20. Sec. Administração	21. Sec. Agronegócios
22. Sec. Ciência Tecnologia	23. SECOM	24. SDR
25. Sec. Educação	26. Sec. Infraestrutura	27. Sec. Da Justiça e Direitos
28. Sec. Meio Ambiente	29. Sec. Planejamento/PCPR	30. Sec. Saúde - SESAPI
31. Sec. Segurança Pública	32. Sec. Transportes	33. Sec. Trabalho e Geração
34. DER/PI	35. DETRAN/PI	36. EMATER
37. IAPEP	38. INTERPI	39. JUCEPI
40. IMEPI	41. CEPRO	42. FUNDEC
43. FAPEPI	44. FUNDESPI	45. FUESPI
46. Fundação Rádio Educativa	47. PRODEPI	48. PIEMTUR
49. AGESPISA	50. CEASA	51. COHAB
52. COMDEPI	53. Companhia de Gás/PI	54. CMTPI (Metrô)
55. COMEPI	56. LOTEPI	57. FUNDAC
58. PRODART		

Obs. Outros órgãos e entes que venham a optar pelo SRP (Termo de Adesão).

7. PENALIDADES

7.1. Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que só deixarão de ser aplicadas nos casos previstos expressamente na comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; ou manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração:

7.1.1. A multa ou recusa em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido neste edital será de **2% (dois por cento)**, calculado sobre o valor total previsto para a contratação prevista, sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a AP, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.